



RGPD

Regulamento Geral de Proteção de Dados

Guia Prático



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA © 2019

Este documento pode conter informação protegida pelas leis da propriedade intelectual. Todos os direitos estão reservados.

VILA NOVA DE
GAIA
CÂMARA MUNICIPAL


visionware

RGPD

Regulamento Geral de Proteção de Dados



PARA QUE SERVE?

Defender os seus direitos e as suas liberdades fundamentais, nomeadamente, o seu direito à proteção dos dados pessoais. Protegê-lo enquanto titular de direitos da União Europeia, independentemente de o tratamento dos seus dados pessoais ocorrer dentro ou fora da União.

DADOS PESSOAIS, O QUE SÃO?

Toda a informação, independentemente da sua natureza ou suporte, incluindo som e imagem, que permita identificá-lo, direta ou indiretamente, como: **nome, morada, n.º telefone, IBAN, NIF, n.º C.C., email, IP, entre outros.**

TRATAMENTO DE DADOS. O QUE É?

Recolha, registo, organização, estruturação, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação, comparação ou interconexão, apagamento ou destruição de dados pessoais.

VIOLAÇÃO DE DADOS, O QUE É?

Perda, destruição, alteração, divulgação ou acesso não autorizado aos seus dados pessoais que tenham sido transmitidos para conservação ou tratamento.

COMPROMETEMO-NOS A:

Mantiver a confidencialidade dos seus dados, exceto em situações em que, por execuções contratuais ou obrigações jurídicas, tenhamos de os transmitir a terceiros. Informá-lo de qualquer violação dos seus dados, sempre que esta implique um elevado risco para os seus direitos e liberdades. Nos termos da legislação aplicável é garantido aos utilizadores o exercício dos direitos dos titulares dos dados, devendo para tal dirigir um email para epd@cm-gaia.pt.



OS NOSSOS DEVERES

Enquanto Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais, determinamos as finalidades e os meios de tratamento dos seus dados pessoais.

O TRATAMENTO SÓ É LÍCITO QUANDO:

1. Tenha dado o seu Consentimento para uma ou mais finalidades específicas.
2. Seja necessário para executar um contrato no qual também é parte (execução contratual).
3. No cumprimento de obrigações jurídicas como obrigações fiscais ou segurança social do empregador.
4. Possa correr aparente risco de vida (Defesa dos seus interesses vitais).
5. Estejamos no exercício de funções de interesse público.
6. Perante interesses legítimos nossos ou de terceiros, exceto se sobre estes prevalecerem os seus interesses, direitos e liberdades.

ASSUMIMOS OS SEGUINTE PRINCÍPIOS:

1. Tratar os seus dados pessoais de maneira lícita, leal e transparente.
2. Limitar a sua recolha a propósitos específicos, explícitos e legítimos.
3. Garantir a sua adequação, relevância e limitação ao necessário em relação aos fins para os quais são tratados.
4. Garantir a sua precisão e, se necessário, atualização, adotando medidas para que os dados sejam excluídos ou retificados sem demora.
5. Mantê-los apenas até ao momento em que deixem de ser necessários para os fins do tratamento, podendo ser retidos por períodos mais longos, desde que segundo o RGPD.
6. Garantir a segurança adequada, incluindo a proteção contra o tratamento não autorizado ou ilícito, perda, destruição ou dano acidental.
7. Ser responsáveis pelo cumprimento destes princípios e ter capacidade de demonstrar essa conformidade.



OS SEUS DIREITOS

Enquanto Titular de Dados Pessoais, tem os seguintes direitos:



APAGAMENTO

Pode solicitar-nos que os seus dados sejam apagados, sempre que estes deixem de ser necessários para a finalidade estabelecida, quando opte por retirar o consentimento para o tratamento e não exista outro fundamento, quando tenham que ser apagados ao abrigo de uma obrigação jurídica a que estejamos sujeitos ou quando tenham sido recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade de informação - ressalvam-se situações específicas previstas no RGPD.

ACESSO

Sempre que o pretender, pode obter confirmação sobre se os seus dados são tratados por nós, de que forma o fazemos e quais as entidades a quem os possamos ter transmitido.

RETIFICAÇÃO

Sempre que considerar que os seus dados estão incompletos ou incorretos, pode requerer-nos a sua retificação.

PORTABILIDADE

Podrá solicitar-nos a entrega dos dados por si fornecidos, podendo solicitar ainda esses dados a outro responsável pelo tratamento que não nós, desde que tal seja tecnicamente possível.

OPOSIÇÃO

Podemos opor-se ao tratamento dos seus dados a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, deixando nós de os tratar, a não ser que tenhamos razões legítimas, decorrentes de obrigações jurídicas ou execuções contratuais, para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os seus interesses.

LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO

Pode solicitar-nos uma restrição de acesso aos seus dados ou a suspensão das atividades de tratamento, quando pretenda contestar a exatidão destes, se já não precisarmos dos seus dados para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial ou se tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique que os nossos interesses legítimos prevalecem sobre os seus.